



**Presentes:**

Membros do Conselho:

Adalberto Sabino – CORESAN Paranavaí; Célio da Silva Correia – CORESAN Cornélio Procópio; Cristielen Rizzon Massaroli – CORESAN de Dois Vizinhos; Daniele Martin Sandri – IDR-PR; Éder Silva Cordeiro – CORESAN Umuarama; Fernanda Pereira Cardoso – CORESAN Cianorte; Flávia Anastácio de Paula – CORESAN Cascavel; Gilmar Carlos Zampiva – CORESAN Ivaiporã; Jaciara Reis Nogueira Garcia – CORESAN Toledo; Janaiara Moreira S. Berbel – CORESAN Campo Mourão; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Luciana de Fátima Alonso Kaiser – CORESAN Pato Branco; Marcelo Inácio Stelmach – CORESAN União da Vitória; Maria Isabel Pereira Correa – CORESAN Ponta Grossa; Marli Terezinha Dalmolin – CORESAN Laranjeiras do Sul; Marilze Brandão de Assis – CORESAN Maringá; Maurício Barcellos Degelman – CORESAN Curitiba; Murilo Wendel Luiz - SANEPAR; Rodrigo Launikas Cupelli – ITAIPU Binacional; Rosângela Mara Slomski Oliveira – SEED/FUNDEPAR; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Tatiani Macarini – SEMI.

Outros Participantes: Eliane Zanrosso – SEAB Francisco Beltrão; Loreni Oliveira – SEAB Laranjeiras do Sul; Nair Lúcia Jung – SEAB Londrina; Rita Menegosso – SEAB Dois Vizinhos; Roselene Sonda – CAOPJDH/MPPR; Lilian Santos Kisseleuiz – TECPAR.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

**Pauta:**

1. Abertura solene com mesa de autoridades e apresentação cultural
2. Aprovação de pauta e ata
3. Apresentação da nova gestão e das ações da CONAB no Paraná – Sr. Valmor Luiz Bordim – Superintendente CONAB/PR
4. Palestra magna: Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – Professora Doutora Janete Stoffel/UFGS
5. Experiência em SAN no Município de Laranjeiras do Sul/PR
6. Projetos na área de segurança alimentar do curso de Engenharia de Alimentos – Professora Doutora Eduarda Molardi Bainy – UFGS
7. O cooperativismo/associativismo na prática. Associação de Agricultores Orgânicos de Quedas do Iguaçu - AAOQI
8. Plenária do CONSEA Paraná
9. Visita Técnica: horta comunitária urbana; cozinha escola; e propriedade da agricultura familiar (pomar/agroindústria/cultivo protegido)
10. Encerramento

**Memória:** Dando início à reunião, a presidente do CONSEA Roseli Pittner dá boas-vindas aos presentes, agradecendo a participação de todas e todos e os demais convidados da mesa de abertura realizam suas considerações. Passada a palavra ao gerente de operações da CONAB, Rodrigo Grochoski, iniciou-se a fala acerca das ações da CONAB para o Paraná. Após a abertura para perguntas, a conselheira Marilze da CORESAN Maringá, questiona se o número de 1.079 famílias indígenas é o mesmo número de pesquisa anterior ou se houve nova contagem, ao que o gerente respondeu que até o ano passado o número totalizava 855 famílias localizadas nos municípios de Guaíra, Terra Roxa, Santa Helena e Itaipulândia, tendo a regional de Guarapuava elencado outras famílias pelo Paraná, totalizando 1.079 famílias atendidas. Ainda, a conselheira Marilze pergunta se os votos são por família ou individuais, sendo respondida que cada pessoa tem direito a três votos para escolher entre os 28 projetos governamentais. Rodrigo comenta que a sociedade civil também pode fazer proposições de projetos, que também podem ser votados. Eliane Zanrosso, assistente técnica de Francisco Beltrão, questiona se o valor dos agricultores que participam com o PAA misto ou direto vai cruzar com os valores do PAA CONAB, sendo respondida que não há tal limitação, tendo cada programa seu limite, havendo a possibilidade de somar os valores. Em outro questionamento, Eliane Zanrosso menciona que o DERAL faz a estimativa de preços pelo comparecimento em Feiras do Produtor, perguntando se essa tabela realizada pelos técnicos do DERAL servirá para a CONAB, respondendo o gerente de operações que essa questão ainda está em tratativa com a SEAB e que é o objetivo utilizar o levantamento de preços mencionado. Rodrigo Grochoski complementa que os preços hoje são estipulados pelas próprias organizações fornecedoras, que valoram seus produtos de maneira que entendem justo, sem a necessidade de seguir o preço da CONAB, havendo possíveis ajustes apenas depois do projeto já contemplado. Por fim, a assistente técnica Eliane Zanrosso questiona acerca do papel do CONSEA municipal no acompanhamento dos programas como o PAA CONAB, sendo que o Superintendente Valmor Luiz Bordim respondeu que a CONAB sempre exigiu que tivesse o acompanhamento, tanto pelo CRAS e o CONSEA, sendo que há responsabilidade de controle social, delimitando as competências dos programas, determinando as prioridades para recebimento de verbas, verificando o público alvo de cada programa. Roselene Sonda, assistente social membro do Ministério Público, pergunta qual é o órgão do judiciário que faz a requisição de cestas, tendo a resposta de que é o próprio MP estadual junto do Ministério Público nacional, visto que há demanda de outros estados. Cristielen Rizzon Massaroli, CORESAN Dois Vizinhos, explica que sua regional tem muitos cooperados, com demanda de atender um milhão e meio, que é o máximo da proposta, entretanto, receberam algumas orientações de que não cadastrassem tal valor, e que propostas de trezentos a quinhentos mil reais são aceitas. O gerente de operações então explica que não há nada formalizado nesse quesito, mas que a diretoria sinaliza para que projetos menores sejam prioritários e para que mais público fosse aceito. Ressalta que isso não é oficial e que será definido pelo grupo gestor do PAA através de novas resoluções. Encerrados os questionamentos, o superintendente Sr. Valmor Luiz Bordim e o gerente de operações da CONAB Sr. Rodrigo Grochoski, agradecem o convite e se despedem. O secretário executivo Valdenir Neto passa a palavra à professora da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul), doutora e conselheira Janete Stoffel, para que ministre a palestra sobre Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Em sua fala, a professora explica que trará algumas questões teóricas e dados sobre as políticas públicas advindos de seu grupo de pesquisa em desenvolvimento regional. A doutora conceitua que as políticas públicas representam a forma que o Estado pode agir ou, algumas vezes, não agir, dialogando e se posicionando entre diferentes situações de conflitos e interesses. As políticas públicas são uma forma de garantir a qualidade de vida da população e sociedade civil, e que a fome, em um país das dimensões do Brasil, é inadmissível, de forma que o Estado deve agir

para sanar tal situação. Ainda, havendo estado democrático de direito, é necessário que as pessoas ou que os grupos organizados contribuam na gestão do governo, como o CONSEA, que reúne grupos de interesse e pode fazer sugestões para que as políticas públicas sejam elaboradas e aprimoradas, fazendo os resultados serem alcançados. Estas políticas são organizadas por um ciclo, em primeiro lugar com a identificação de um problema, como a fome, sendo formada uma agenda de discussão dos problemas, para a busca das soluções. Disso resultam as alternativas para soluções, seguido da tomada de decisões, com a futura implementação da política pública escolhida, que deverá ser acompanhada por instituições de pesquisa, que farão avaliações das políticas em prática, se estão alcançando resultados ou não. A partir dessas avaliações é que se pode extinguir a política pública caso tenha completado seu objetivo, ou ajustar a política em caso de não ter chegado ao resultado esperado, ou extinguir a política para investir em outra solução. Este é o ciclo que deveria ser seguido por todas as políticas públicas para avaliar os resultados, verificando se está ou não alcançando as metas. Em se tratando do trabalho dos municípios, a doutora explica que é muito difícil que se consiga, sozinho, promover desenvolvimento regional em grandes dimensões, mas que precisam se articular e podem realizar políticas públicas, visto que sabem de suas próprias realidades. Assim, necessário avaliar quais as questões sociais, econômicas, ambientais que demandam ações, utilizando-se de organizações e vereadores, que devem pensar e formular alternativas. A implementação exige a criação de leis que instituem políticas públicas, de modo que exista organização que siga determinados cursos, e que passado o mandato de um governo para outro a política possa continuar existindo. A professora explica que há um ponto frágil no ciclo quando se trata da avaliação, visto que a maioria dos municípios não possui número significativo de avaliações. Em um panorama mais amplo, a professora explica que há quatro grupos de políticas públicas, sendo eles distributivos, que priorizam certos grupos ou regiões que têm demandas e necessidades; redistributivas, que são políticas sociais universais, como o INSS; constitutivas, que criam as competências de cada instituição; regulatórias, que regulam padrões de comportamento, serviços ou produtos para determinados grupos sociais. Em se tratando do CONSEA, a política pública pode ser inserida na categoria redistributiva porque busca a extinção da fome, movimentando a economia nos diferentes atores que podem contribuir para isso. Acerca da Agricultura Familiar, no Brasil e no Paraná, segundo dados do censo agropecuário de 2017, 70% dos alimentos consumidos no país são produzidos pela agricultura familiar, tendo em vista que o número de estabelecimentos agropecuários, no Paraná, 75% (duzentos e oitenta e oito mil estabelecimentos) são agricultores familiares. A professora ressalta que se tratam de pequenas áreas, sendo que 75% os estabelecimentos ocupam 24% de toda a área agricultável, e 40% da população economicamente ativa no campo está vinculada à agricultura familiar, de modo a expressar a importância de lembrar desse grupo como um grande produtor de alimentos que pode, deve e consegue, com políticas públicas, alimentar a cidade. Em alguns dados sobre a Associação Cantuquiriguaçu, foi possível verificar que é composta por 20 municípios e que há 19.508 (dezenove mil, quinhentos e oito) estabelecimentos de agricultura familiar, responsáveis por 79% dos estabelecimentos da região, e que há quarenta e oito mil pessoas nesses estabelecimentos, correspondendo a 74% das pessoas que trabalham na agropecuária. Quanto às atividades desenvolvidas, uma das principais são as lavouras temporárias, junto da produção e criação de animais, mas ainda esses percentuais são baixos. Dentre as produções, destacam-se os galináceos, soja e leite, este que teve um aumento de produção, mas queda de 50% dos produtores de 2016 a 2017. A agricultura familiar enfrenta alguns desafios como acesso de crédito e financiamento para investimentos agrícolas, bem como acesso à tecnologia, que se diferencia em escala das utilizadas em grandes propriedades. A doutora explica que o agricultor familiar deseja produzir de maneira sustentável, visto que muitos deles já passaram por intoxicação por agrotóxicos e sabem dos

danos causados, mas que precisam de auxílio para produzir com boas práticas, tanto técnico, quanto de termos e recursos, visto que a transição não é um processo barato, mas que as novas práticas sustentáveis podem melhorar sua produtividade e acessar mercados e programas, como o PAA e o PNAE. A professora comenta que para o auxílio técnico o IDR e a EMATER têm uma série de propostas, mas que também não suprem completamente a demanda, devendo o estado e o município investir em capacitação. Quanto ao histórico de políticas públicas na agricultura familiar, houve inicialmente em 1995 incentivos de produção agrícola e agrária, seguida por políticas assistenciais e sociais, com a marca do Bolsa Família, programa essencial que é acessado por muitas pessoas do campo, e, por fim, políticas de agroecologia, PAA e PNAE, focadas na melhoria das condições dos agricultores familiares e seus consumidores. O PRONAF surge para reconhecer o que é a agricultura familiar, havendo até 2021, 5,5 milhões de financiamentos e cerca de 195 bilhões de reais alocados. Os dados dos valores do programa estão na matriz de crédito do Banco Central, tendo a equipe da professora Janete inserido em site próprio e levantado algumas conclusões, como os principais produtos que receberam recursos do PRONAF Investimento entre 2013 a 2021, sendo eles: bovinos, tratores, máquinas e implementos, colheitadeiras, colhedoras e arrancadeiras. E os produtos mais adquiridos pelo PRONAF Custeio, durante o mesmo período, foram soja (34,5%), bovinos (20%), milho (19,9%) e trigo (7,9%). Acerca do PAA, dados indicam que desde 2003 já foram investidos 7 bilhões de reais na compra de alimentos, e que infelizmente nos últimos 5 anos houve uma parada quase completa de valores sendo alocados, e que 2023 marca a retomada desse importantíssimo programa que melhora a renda dos agricultores familiares, mas que precisa ser remodelado, como nos preços. O programa faz acessar o mercado local, desenvolvendo recursos internos, tendo em vista que quando há importação de outro município, há uma estimulação de outros produtores que não os agricultores familiares locais. O PNAE é visto como um reforço nos valores para 2023, e no Paraná é uma lei essencial que exigirá que todos os alimentos fornecidos em escolas sejam orgânicos e da agricultura familiar, o que faz a diferença para os agricultores e quem se alimenta. Outro programa é a Política Nacional de Crédito Fundiário que oportuniza maior produção de alimentos. A professora, trazendo outros dados obtidos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, há 26,7 mil produtores certificados como orgânicos no Brasil e na regional de Laranjeiras do Sul, em seus 10 municípios há 64 produtores, desses produtores regionais, verificou-se que a maior parte da produção é dos seguintes produtos: couve, milho, feijão, trigo, mandioca, batata, conjunto esse significativo de alimentos. O desenvolvimento rural sustentável, explica a doutora, procura discutir a inclusão da esfera ambiental nas ações de desenvolvimento rural, havendo também uma preocupação das condições de vida das pessoas que vivem do campo, não podendo haver preocupações apenas com maquinário, produtividade e sementes. De tal maneira, há necessidade de que os habitantes do campo tenham acesso à internet, bem como à educação qualificada, para que o morador rural possa viver tal qual um morador urbano. O acesso à tecnologia e as outras necessidades do homem do campo diminuirão a percepção de que o pequeno agricultor tem que trabalhar em condições árduas para obter o sustento, de modo que deve haver políticas públicas que amenizem essa situação. Quanto à identidade local, a doutora explica que pode haver turismo rural, tendo a agricultura familiar uma renda adicional. Esta possibilidade pode demandar novas condições de acesso às propriedades, qualificação por parte das famílias, mas que o resultado pode ser sustentável e gerar renda, diminuindo o processo de êxodo rural. As políticas públicas tendem a diminuir a pobreza da desigualdade, como o Bolsa Família, que diminuiu bastante essa condição e que continua gerando resultados. Os desafios enfrentados são a falta de integração entre os setores e atores das políticas, sendo que o CONSEA faz isso, por reunir entidades governamentais, sociedade civil, instituições de pesquisa e o setor privado, trabalhando de forma articulada, resolvendo as demandas existentes, sendo os resultados muito importantes. A

professora sugere que sejam feitas parcerias com instituições de educação como a UFFS, que conta com vários profissionais, pesquisadores e estudantes voltados para essa área específica, bem como encerra sua fala, agradecendo sua equipe de pesquisa, composta por estudantes de graduação e mestrado, que estudaram a fundo as políticas públicas de diversos estados brasileiros sobre a pauta. Aberta a sessão de perguntas, a veterinária e agricultora Leonira comenta que é da responsabilidade de todos debater sobre a CAF, antiga DAP, quanto ao enquadramento do agricultor, que antes era de um por família e passou a ser por propriedade, e que há diversas DAP's para vencer, devendo a legislação ser alterada. A professora responde que esse é um problema que deve ser discutido e proposta uma mudança. Ainda, a agricultora explica que o produtor rural familiar pode plantar um pouco a mais do que o necessário para a subsistência e vender o excedente, fornecendo ao mercado local, passando do limite da CAF, de modo que o CONSEA deveria repensar os valores da agricultura familiar. A comercialização, explica, é um problema porque os valores para a venda institucional podem estar abaixo do valor de mercado local. A professora responde que a comercialização não é um processo simples, devendo ser pensadas estratégias, devendo as secretarias municipais planejarem o aumento da oferta para a comercialização dos produtos dos agricultores. Maria Isabel da CORESAN de Ponta Grossa elogia a apresentação e tece comentários acerca da base de onde partem as políticas públicas, vendo que as prefeituras ou conselhos não conseguem fazer uma análise e buscar dados sobre a realidade da fome, tendo a universidade um papel fundamental. A conselheira sugere que haja um grande movimento de envolvimento de universidades e municípios para conhecer a realidade, visto que a grande dificuldade está no levantamento de dados, de modo a dificultar a elaboração de políticas públicas. A professora Janete Stoffel responde que o levantamento de dado é de fato um problema antigo, e que as universidades trabalham por demanda, o que pode não ser ideal, mas que as secretarias podem trabalhar com as instituições de ensino, para que cada agente possa trabalhar na solução de problemas. Maria Helena da Cooperativa Agroecológica de Rio Bonito do Iguaçu comenta que a fala da professora Janete Stoffel é muito inspiradora, que o papel da universidade é insubstituível para o conhecimento da realidade e que as políticas públicas demoram a dar resultados. Daniele da Coordenação de Formação Social e Cidadania do IDR Paraná, que tem o papel de trabalhar com os mais vulneráveis do meio rural, com trabalho de base e resultados muito importantes, explica que a modalidade individual do PAA vem sendo trabalhada desde 2020 com o Ministério da Cidadania, que pôde trabalhar com pessoas que não tinham acesso a esse mercado porque pela modalidade de cooperativas eles não poderiam participar. São mais de 900 (novecentos) agricultores nessa modalidade, que recebiam 6.500 por ano, e que apesar de o valor de 5,5 milhões de reais investido no estado do Paraná seja considerado pequeno, esta quantia beneficiou diretamente aqueles que mais precisavam. Finalizada a fala da professora Janete Stoffel, o secretário executivo Valdenir Neto agradece a palestra e apresenta a Associação das Mulheres Agricultoras da Agricultura Familiar de Rio Bonito do Iguaçu, representada nessa reunião por Elisabete. Em sua fala, Elisabete informa que a associação foi iniciada em 2006 e teve um começo difícil, necessitando do apoio do Sindicato dos Trabalhadores. Com a criação, a Associação das Mulheres Agricultoras pôde receber auxílio e participar de programas do estado, como o Coopera Paraná, PAA e a entrega de merenda em Laranjeiras e Rio Bonito. Elisabete explica que o IDR também apoiou a associação, fornecendo caminhonetes e equipamentos para a agricultura familiar e que a UFFS auxiliou na construção de um local para a feira de seus produtos. Além desses programas, puderam participar do Compra Direta com o CRAS, fornecendo alimentos para as pessoas mais necessitadas, e o PNAE com entrega de panificados para creches. Todos esses auxílios, segundo Elisabete, são motivo de realização para os agricultores, razão pela qual agradece à SEAB, aos municípios e aos agricultores. Encerrada sua fala, o secretário executivo comenta acerca da importância da ação do estado, que pôde ajudar com três

programas, com o Coopera Paraná, DESAN com a feira do agricultor e o Compra Direta. Em sequência, é chamado Gilmar Negretti, secretário municipal de agricultura, abastecimento e meio ambiente para demonstrar a experiência em SAN no município de Laranjeiras do Sul, em que há muita produção da associação de pequenos agricultores, que se diferencia pela qualidade do alimento produzido, como no feijão de alta qualidade que é vendido de maneira eficaz. Passando a palavra para o assistente social Júlio José, destaca-se o papel da assistência social com ações voltadas às pessoas vulneráveis e também a outras secretarias, como da agricultura. Finalizada sua fala, a conselheira Marilze da CORESAN de Maringá questiona se a cidade de Laranjeiras do Sul possui população em situação de rua, tendo a resposta de que o município não possui moradores nessa situação, mas que há situações esporádicas e casos de migrantes que passam pela cidade e que há parcerias que oferecem pernoite e alimentação. Prosseguindo a reunião, passa-se a palavra à professora Doutora Eduarda Molardi Bainy da UFFS, que apresenta projetos na área de segurança alimentar do curso de Engenharia de Alimentos, sendo o primeiro deles o Alimentos Seguros na Cantu, com cursos e apresentações sobre a manipulação correta de alimentos e boas práticas. Explica a doutora que o projeto possui parcerias com a vigilância sanitária, secretaria de agricultura e a EMATER, para capacitar os manipuladores de alimentos. Outro projeto do curso de Engenharia de Alimentos é o de queijos artesanais, buscando a valorização dos produtos regionais, sendo que duas queijarias que se beneficiaram do projeto levaram prêmios no concurso Prêmio Queijos do Paraná. Outro projeto, também relacionado ao queijo, é o estudo de bactérias importantes para a prevenção de patógenos dos queijos. A UFFS também possui um projeto de desenvolvimento de alimentos para pessoas com restrições alimentares, como intolerância à lactose, veganas e vegetarianas, como o leite vegetal de castanha de caju, doce de leite com caju, sobremesas veganas. Outro projeto busca a valorização da erva mate em outros produtos, como os frutos verdes e maduros, bem como o extrato da erva. Há um projeto sobre embalagens biodegradáveis de alimentos, embalagens ativas que têm compostos que impedem a proliferação de bactérias e fungos, embalagens inteligentes, que contam com um esquema de cores que indicam quando o alimento está próprio para consumo, e embalagens feitas com resíduos da indústria de alimentos, como a palha e resíduo de milho e casca de pinhão, por exemplo. Por fim, há um grupo de estudos sobre o uso de insetos para a alimentação de seres humanos. Embora chocante, a doutora explica que, de acordo com estimativas, a população mundial será de 10 bilhões em 2050, de forma que se deve buscar produzir proteínas alternativas. Ainda, reforça que o consumo de insetos já acontece em alguns locais da América Latina, Europa, como na Alemanha, em que há o comércio, e na Ásia, e no Brasil ainda não está regulamentado. Encerrada a fala da professora, inicia-se a palestra sobre o cooperativismo e associativismo na prática da Associação de Agricultores Orgânicos de Quedas do Iguaçu. Encerrada a sessão de perguntas, foi iniciada a plenária do CONSEA Paraná com a aprovação da ata e apresentação do novo conselheiro da Itaipu, Rodrigo Launikas Cupelli. A presidente Roseli Pittner debate acerca da possibilidade de acrescentar novas propostas do CONSEA ou aceitar as propostas sugeridas pela CONAB no PPA Federal, sob a temática de SAN, Agricultura Familiar e Alimentação Agroecológica, de maneira que deve haver votação para destinar recursos. Roseli Pittner lê as características das propostas, que abrangem as seguintes temáticas: fortalecer a agricultura familiar e sua diversidade e a agroecologia, promovendo a inclusão; fortalecer a prevenção e enfrentamento à violência e à criminalidade, promovendo a segurança; promover a organização coletiva autogestionada e inclusiva; reconhecer e efetivar os direitos pluriétnicos, culturais e sociais dos povos indígenas; atuar para o crescimento econômico e desenvolvimento com sustentabilidade; promover o acesso ao consumo de alimentos adequados e saudáveis e água; elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas da educação básica; e tornar adequados, acessíveis e seguros os deslocamentos de pessoas nas cidades. A presidente pontua que todas as

propostas são interessantes, mas que devem ser escolhidas as três mais importantes para o CONSEA, indicando que a votação ocorrerá posteriormente. O secretário executivo Valdenir Neto traz informativos: o Ministério Público com o ofício 119 que reforça o termo de cooperação entre o CONSEA e o MP e solicita o calendário de conferências municipais, em que conste data e período da realização das reuniões; outro ofício, de número 091, do MP, sobre o pedido de inclusão de dados do painel do SISAN, houve resposta de que possuem dados da alimentação escolar, bem como está previsto um novo painel, em que haverá um histórico das porcentagens utilizadas pelos municípios paranaenses na compra da Agricultura Familiar para a alimentação escolar nos anos de 2017 a 2020, bem como os contatos dos conselheiros municipais, mas que os pedidos do ofício não podem ser cumpridos todos no presente momento; que os dados sobre os povos indígenas do Paraná que foram requeridos não estão completos, que é uma dificuldade recorrente e deve ser utilizado os dados dos órgãos específicos, como a FUNAI. Sobre as conferências municipais, Valdenir Neto apresenta uma pasta de compartilhamento em nuvem com materiais de apoio para as reuniões que serão realizadas, contando com artigos, dados e pesquisas na matéria de SAN, a serem analisados nas regionais para escolher os temas que serão tratados. Ainda, o secretário executivo reforça que as regionais podem elaborar suas conferências, tanto com pessoal da CORESAN, núcleo e IDR-PR. A conselheira Daniele Martin Sandri do IDR-PR informou que houve pedidos para participação em reuniões de alguns municípios e instruir acerca das conferências, elaborando um projeto de apresentação, não para ser seguido exatamente como está, mas para nortear as futuras reuniões, deixando diversas lacunas para que os municípios possam preencher com dados sobre a realidade de cada local. Maria Isabel da CORESAN Ponta Grossa, relata sua preocupação com o projeto de apresentação que lhe foi encaminhado, em virtude de ter a logo oficial do CONSEA Paraná sem ter sido elaborado pelo conselho e com propostas já prontas, que limita as discussões, e pode até mesmo viciar a equidade entre órgãos governamentais e sociedade civil. A presidente Roseli Pittner reforça que a escolha dos palestrantes cabe ao município, e que também incumbe a ele a organização dos eventos, como a comissão organizadora, local da reunião e a própria palestra, mas que a sociedade civil precisa ter voz no conselho, elaborando suas próprias apresentações. O secretário executivo reforça que são 399 municípios e que é difícil transitar por todos eles, papel este que o IDR-PR realiza, inteirados das realidades dos municípios e dando apoio técnico, mas que a apresentação repassada serve apenas de orientação, cabendo às regionais elaborar a reunião final. Daniele, IDR-PR, afirma que toda a situação envolvendo a orientação para a palestra não foi iniciada porque o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná tinha intenção de ter uma proposta pronta, mas para orientar, enquanto órgão estadual, as regiões quanto aos temas e os eixos. Ainda, reforça que o IDR-PR não tem interesse em impor qualquer tipo de pauta pronta para reuniões, tendo em vista o contexto democrático do funcionamento do CONSEA Paraná. Célio da Silva Correa, CORESAN Cornélio Procópio, comenta que entende a conselheira de Ponta Grossa, Maria Isabel, visto que o conselho está evoluindo e adquirindo novas tecnologias, mas que a participação presencial de reunião do conselho é importante. Findos os relatos do conselheiro, o secretário executivo afirmou que o CONSEA continuará da maneira que está atualmente, e que nos anos anteriores o conselho teve a necessidade de realizar reuniões descentralizadas, com ações de formação para a visibilidade, num contexto em que o CONSEA nacional havia sido extinto. Ainda, informa que há possibilidade de, no próximo ano, retomar a produção de materiais e dados próprios, de acordo com as demandas do conselho nacional. Loreni Azevedo, técnica do núcleo de Laranjeiras do Sul, comenta que há dois fatores preocupantes, sendo um deles os dados das pessoas indígenas, afirmando que em um dos municípios de sua regional há indígenas, mas que há dificuldade de trazê-los para o conselho, mesmo que tenham sido convidadas diversas autoridades; e quanto aos técnicos do IDR-PR, elabora que são muito prestativos e se

disponibilizaram para apresentar, razão pela qual acredita ser importante haver uma intersetorialidade. Adalberto Sabino, CORESAN Paranaíba, explica que na sua região houve conversas envolvendo prefeitura, secretários envolvidos com a questão de SAN, presidente do CONSEA e representantes do MST para trabalharem juntos, bem como debater acerca dos palestrantes escolhidos, que devem trabalhar com os eixos e temas apresentados, visto que haverá um plano formulado tendo como base as conclusões das reuniões. Em prosseguimento da plenária, o secretário executivo informa que o CONSEA Paraná recebeu uma denúncia feita pela Terra de Direitos, em decorrência da ação dos agrotóxicos nas comunidades Tekoha Guasu Guavira e Tekoha Ocoy, localizadas nos municípios de Guaíra, Terra Roxa e São Miguel do Iguacu, requerendo que sejam tomadas as medidas cabíveis de forma a assegurar a alimentação adequada com base em práticas alimentares saudáveis e que respeitem a diversidade cultural e a soberania alimentar. Valdenir Neto lembra aos presentes que o conselho não é órgão do executivo, de forma que é necessário formar comissão de direitos humanos, que deverá elaborar duas minutas de resposta, uma para a Terra de Direitos, respondendo ao ofício e outra para os órgãos públicos. Aprovada a formação da comissão para a elaboração das duas respostas, o secretário executivo revisa o calendário do CONSEA, que marca o início das conferências regionais para o dia 15 de agosto de 2023 e a estadual prevista para 27 a 29 de setembro. Quanto às conferências, em relação às vagas por regional, explica-se que haverá três vagas para municípios sem adesão ao SISAN, duas para sociedade civil e uma para representante governamental. Em se tratando de município com adesão, o número é dobrado, quatro da sociedade civil e dois do governo, cabendo à regional organizar a distribuição no que entender mais conveniente. A presidente Roseli Pittner pergunta por esclarecimentos quanto à participação do conselheiro na conferência estadual, se utiliza uma das vagas de delegados, sendo respondida que regionais grandes possuem cinco vagas extras e as menores contarão com três vagas, sendo elas ideais para, além dos delegados, incluir assistente técnico, chefe do núcleo e o coordenador da CORESAN. Se houver a extrapolação do limite de vagas em decorrência de haver uma pessoa de notória importância que não tem alguma das três funções citadas, deverá ser encaminhada a solicitação de vaga extra por e-mail. Roseli Pittner também lembra os presentes que haverá a reestruturação dos conselhos regionais, devendo as entidades interessadas fornecer os documentos devidos, bem como comprovando que estão ativos há mais de um ano e que abrangem mais de um município. Kelly Franco de Lima comenta que o CRN8 é um conselho de classe e que está em todos os municípios, podendo ser utilizado como uma cadeira no CONSEA para representar a sociedade civil, de forma que pode ser enviado um ofício requerendo essa representação, bem como um material de divulgação, com e-mail, chamando os nutricionistas ao conselho. Maurício Barcellos Degelman, retomando a pauta dos delegados por regional, comenta que a CORESAN de Curitiba é responsável por 1/3 da população do estado e que há preocupações porque há diversas entidades na regional e serão chamados apenas três delegados, havendo dúvida sobre quem será contemplado para participar da reunião estadual. Valdenir Neto retoma os informativos de participação nas Conferências. Em prosseguimento, o Secretário explica que o novo contrato do Programa Leite das Crianças válido a partir do dia 1º de agosto, sendo requerido das CORESANs que divulguem e estimulem os laticínios a participar; o Compra Direta está em execução até setembro, mas que há um problema de baixa execução do programa, tendo sido averiguado que há mais de 40 contratos com mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de saldo, de maneira que será necessário realizar um aditivo contratual para que possam adimplir suas obrigações, de forma a não desperdiçar o dinheiro já empenhado no programa e evitando uma redução de verbas para o ano seguinte. Dito isso, a Presidente Roseli ponderou se é necessário criar critérios acerca da participação das associações e cooperativas com baixa execução no Programa, cabendo ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento



Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná

**Ata da 4ª Reunião Ordinária**

Laranjeiras do Sul, 14 e 15 de junho de 2023.



fazer essa definição. O Secretário Valdenir Neto clarifica que será apresentado ao Conselho, um relatório da execução do Compra Direta, por regional. Para finalizar os trabalhos, a Presidente Roseli agradece à equipe do Núcleo de Laranjeira do Sul pela organização e planejamento do evento e a todos os presentes, convidando-os para as visitas técnicas aos equipamentos de segurança alimentar do município.

**Subscreve a memória:**

Valdenir B. Veloso NETO  
Secretário Executivo CONSEA/PR  
Chefe de Núcleo Regional da SEAB